

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.579.179 - RJ (2019/0270702-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : F C A M M A  
**ADVOGADOS** : JOSE ANTONIO GONCALVES DA FONTE - RJ025164  
WALESKA MARQUES QUINTELA E OUTRO(S) - RJ183700  
PRISCILLA ALLAN GOMES RAMOS - RJ218105  
**AGRAVADO** : V F G  
**ADVOGADOS** : GLÁUCIA MARIA ALVES ALBINO E OUTRO(S) - RJ025036  
FELIPE MARTINS PEREIRA - RJ170615

**EMENTA**

**CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E RECURSO ESPECIAL MANEJADOS SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE REVISÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA. EX-CÔNJUGE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA MODIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA. REFORMA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

**DECISÃO**

F. C. A. M. M. A. (F. C. A. M. . M. A.) propôs ação de revisão e exoneração de alimentos contra V. F. G., F. G. M. A. e G. G. M. A. (V. F. G., F. G. M. A. e G. G. M. A.), visando à exoneração da obrigação de prestar alimentos a seus filhos, sob o fundamento de que estes já atingiram a maioridade, concluíram seus cursos universitários e já tem emprego estável. Quanto a sua ex-esposa sustenta que passados 7 anos da separação já dispôs de tempo suficiente para restabelecer sua vida, razão pela qual pugnou pela revisão do valor de sua pensão. Em audiência de conciliação restou avençada a extinção da obrigação alimentar com relação aos filhos. O feito prosseguiu com relação a revisão da pensão da ex-cônjuge.

Ao decidir o feito no ponto remanescente, o Magistrado julgou procedente o pedido para reduzir o valor da obrigação alimentar de 8 salários mínimos para o valor equivalente a 4 salários mínimos (e-STJ, fls. 350/354).

Irresignada, V.F.G. recorreu.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro deu provimento ao recurso, em acórdão assim ementado:

*DIREITO DE FAMÍLIA. REVISÃO DE ALIMENTOS*

*ESTABELECIDOS EM ACORDO HOMOLOGADO POR SENTENÇA EM FAVOR DE EX-ESPOSA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELA RÉ, VISANDO À REFORMA INTEGRAL DA SENTENÇA.*

*1) Gratuidade de justiça deferida. Apelante é pessoa idosa, com rendimentos inferiores a dez salários mínimos. Art. 17, X, da Lei nº 3.350/1999.*

*2) A controvérsia versa sobre pedido de exoneração/redução de pensão alimentícia paga pelo Autor em favor da Ré, sua ex-esposa.*

*3) Sabe-se que o pedido de revisão de alimentos está atrelado à alteração da situação econômico-financeira daquele que deve suportar a obrigação e à necessidade de quem recebe, na forma do disposto no artigo 1694, §12, do Código Civil.*

*4) A revisão alimentar, prevista no art. 1.699 do Código Civil, está condicionada à mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, ou as duas coisas, concomitantemente.*

*5) Destarte, na forma do art. 373, inciso I, do CPC, o ônus da prova incumbe a quem alega e, no caso concreto, o apelado não se desincumbiu de demonstrar sua impossibilidade ou dificuldade de arcar com a obrigação que lhe foi imposta ou a desnecessidade da alimentanda com relação aos alimentos, ou seja, que houve alteração superveniente à sentença.*

*6) Assim, impossível a pretensão de exoneração ou revisional, impondo-se a reforma da r. sentença.*

*7) Recurso conhecido e provido.*

Os embargos de declaração opostos por F. C. A. M. M. A. foram rejeitados (e-STJ, fls. 443/448).

Inconformado, F. C. A. M. M. A. interpôs recurso especial, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, alegando violação dos arts. 11, 489 e 1.022 do NCPC e 1.694 e 1.695 do CC/02, ao sustentar **(1)** que o acórdão impugnado foi omissivo e carente de fundamentação; **(2)** que V. F. G. possui outra fonte de renda – aposentadoria – não necessitando da obrigação alimentar estabelecida em valor completamente exorbitante.

As contrarrazões foram ofertadas (e-STJ, fls. 603/614).

O Tribunal fluminense inadmitiu o apelo nobre diante da incidência da Súmula nº 7 do STJ (e-STJ, fls. 616/625).

Nas razões do agravo em recurso especial, F. C. A. M. M. A. aduziu não haver necessidade de se reanalisar os fatos ou o contexto probatório trazidos aos autos (e-STJ, fls. 651/666).

A contraminuta ao agravo em recurso especial foi apresentada (e-STJ, fls. 679/690).

Em atendimento ao art. 1.042, § 4º, do NCPC, o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba manteve a decisão agravada (e-STJ, fl. 703).

O Ministério Público Federal apresentou parecer pelo não provimento do agravo em recurso especial, em parecer assim sumariado:

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. SUPOSTA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 11, 489, 1.022 e 1.023 do CPC/2015. CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU OBSCURIDADE NÃO VERIFICADAS. SUPOSTAS VIOLAÇÕES AOS ARTS. 139 E 926 DO CPC/2015. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS. ALTERAÇÃO DO QUE DECIDIDO PELO TJ/RJ. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO CONSTANTE DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE. INVIABILIDADE. PELO DESPROVIMENTO DO AGRAVO.*

*1. Não se verifica a alegada ofensa aos arts. 11, 489, 1.022 e 1.023 do Código de Processo Civil de 2015, porquanto o tribunal de origem exarou decisão de forma clara e suficiente, discutindo as matérias fáticas e jurídicas que lhe foram submetidas.*

*2. Inviável o apelo especial em relação às supostas contrariedades aos arts. 139 e 926 do CPC/2015. Dispositivos que não foram submetidos ao requisito do prequestionamento, atraindo a previsão dos enunciados n. os 282 e 356 da súmula do Supremo Tribunal Federal, bem como do enunciado n.º 211 da súmula dessa Corte Superior de Justiça.*

*3. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça apreciar os aspectos fáticos que levaram as instâncias ordinárias a estabelecer os parâmetros para a manutenção dos alimentos fixados, uma vez que tal análise demandaria inadequado reexame probatório.*

*Incidência do óbice do enunciado n.º 7 da súmula do Superior Tribunal de Justiça.*

*4. De se ressaltar, por fim, que o exame do pretense dissídio jurisprudencial não se mostra viável, pois "A incidência da Súmula 7/STJ sobre o tema objeto da suposta divergência impede o conhecimento do recurso lastreado na alínea c do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, ante a inexistência de similitude fática." (AgRg no AREsp 756384/RS - Relatora: Maria Isabel Gallotti - Órgão Julgador: Quarta Turma - Publicação: DJe de 19/02/2016) 5. Parecer pelo desprovimento do agravo (e-STJ, fls. 723/724).*

É o relatório.

DECIDO.

De início, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto, ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/15 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

A irresignação não comporta acolhimento.

**(1) Da alegada violação dos arts. 489 e 1.022 do NCPC**

Não merece respaldo a assertiva de que o acórdão teria sido omissivo e carente de fundamentação.

Verifica-se que a Corte local, de forma clara e específica, analisou todas as questões postas a deslinde, notadamente que a revisão alimentar depende da comprovação da mudança na situação financeira de quem os supre, ou de quem os recebe ou dos dois concomitantemente.

Dessa forma, não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional, pois o tribunal de origem decidiu a matéria controvertida de forma fundamentada, ainda que contrariamente aos interesses da parte.

Assim, constata-se que não há nenhum dos vícios elencados nos arts. 1.022 do NCPC.

Sobre o tema, confira-se o seguinte julgado:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR. OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO DO ACÓRDÃO. INEXISTÊNCIA. EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO. NECESSIDADE DE OPOSIÇÃO ANTES DO JULGAMENTO DO RECURSO SOB PENA DE PRECLUSÃO. EMBARGOS REJEITADOS.*

*1. Os embargos de declaração são recurso com fundamentação vinculada, sendo imprescindível para seu*

*cabimento a demonstração de que a decisão embargada se mostrou obscura, contraditória ou omissa, ou ainda, que incorreu em erro material, conforme disciplina o art. 1.022, I, II e III, do NCPC. Portanto, a mera irresignação com o entendimento apresentado no decisum, objetivando, assim, a reversão do julgado, não tem o condão de viabilizar a oposição dos aclaratórios.*

*2. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que a exceção de impedimento deve ser oposta antes do julgamento do recurso pelo órgão colegiado, sob pena de preclusão, sendo, portanto, inadmissível que essa discussão venha a ser suscitada somente em embargos de declaração.*

*3. Embargos de declaração rejeitados.*

(EDcl nos EDcl no AgRg na MC 24.951/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 23/6/2016, DJe 1º/7/2016)

## **(2) Do mérito**

Observa-se que, o acórdão recorrido resolveu a controvérsia analisando o binômio necessidade/possibilidade das partes e concluiu que não ficou comprovada modificação substancial na capacidade financeira do recorrente e que a recorrida necessita dos alimentos.

Dessa forma, não vejo como rever tal conclusão e acolher a alegação de ofensa aos referidos dispositivos legais pois demandaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência que não pode ser levada a efeito no apelo nobre, em razão do óbice contido na Súmula nº 7 do STJ.

Nessa ordem de decidir, os seguintes julgados:

*DIREITO CIVIL. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL. BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE. NÃO ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES FINANCEIRAS. SÚMULA N. 7/STJ.*

*1. Alterar as conclusões do acórdão proferido pelo Tribunal de origem, em sede de ação de exoneração de alimentos, acerca das modificações na configuração do binômio necessidade/possibilidade implica necessariamente o revolvimento de fatos e provas dos autos. Incidência da Súmula n. 7 do STJ.*

*2. Agravo regimental desprovido.*

(AgRg no nº AREsp 383.646/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Terceira Turma, julgado aos 6/2/2014, DJe de 17/2/2014, sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALIMENTOS. EXONERAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. APRECIÇÃO DAS PROVAS. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA LIVRE ADMISSIBILIDADE DA PROVA E DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

[...]

**2. Alterar a conclusão da Corte Local acerca das razões para não exonerar a pensão alimentícia demandaria reexame do acervo fático-probatório, o que é vedado ante a Súmula 7/STJ.**

[...]

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp nº 282.045/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado aos 18/6/2013, DJe de 25/6/2013, sem destaque no original).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ALIMENTOS. EXONERAÇÃO DO ENCARGO. BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Para a exoneração do encargo alimentar, deve-se atentar para os princípios constitucionais da proporcionalidade e da razoabilidade, haja vista que não se deve utilizar do instituto dos alimentos com a finalidade de promover o fácil sustento de ex-companheiro em detrimento do trabalho e da renda do outro.

**2. Inviável, em sede de recurso especial, modificar o acórdão recorrido que, observando o binômio necessidade/possibilidade, entendeu não ser possível acolher o pedido de exoneração, mas, sim, o pedido alternativo de redução da verba alimentar originalmente fixada, tendo em vista que a análise do tema demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, o que é vedado, nos termos da Súmula nº 7/STJ.**

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp nº 1.284.685/SE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado aos 22/5/2014, DJe de 2/6/2014, sem destaque no original)

PROCESSUAL CIVIL. DIREITO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FAMÍLIA. FIXAÇÃO DE ALIMENTOS PROVISÓRIOS EM FAVOR DE EX-COMPANHEIRA. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos

# Superior Tribunal de Justiça

*autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ.*

**2. No caso concreto, a análise da pretensão recursal relativa aos alimentos provisórios fixados em favor da ex-companheira demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado em recurso especial (Súmula n. 7/STJ).**

**3. Agravo regimental desprovido.**

(AgRg no AREsp nº 368.487/SC, Rel. Ministro ANTÔNIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, julgado aos 2/10/2014, DJe de 9/10/2014, sem destaque no original).

Diante disso, não é possível o conhecimento do recurso.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC, c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

**MAJORO** os honorários fixados anteriormente em desfavor de F. C. A. M. M. A. em 5% sobre o valor da condenação, limitados a 20%, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator